



Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 571, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso III, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Detalhar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO I

LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR

ÓRGÃOS	E/OU UNIDADES	R\$ mil
ORÇAMENTÁRIAS		ATÉ DEZ
20000	Presidência da República	1.792.647
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.246.519
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	3.372.961
25000	Ministério da Fazenda	2.595.006
26000	Ministério da Educação	23.435.163
28000	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	814.266
30000	Ministério da Justiça e Cidadania	3.280.465
32000	Ministério de Minas e Energia	305.398
35000	Ministério das Relações Exteriores	1.330.411
36000	Ministério da Saúde	19.558.673
37000	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União	87.096
39000	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	791.104
40000	Ministério do Trabalho	536.502
42000	Ministério da Cultura	525.471
44000	Ministério do Meio Ambiente	543.499
47000	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	1.353.533
51000	Ministério do Esporte	803.823
52000	Ministério da Defesa	4.549.883
53000	Ministério da Integração Nacional	2.251.146
54000	Ministério do Turismo	631.406
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	4.896.720
56000	Ministério das Cidades	386.668
60000	Gabinete da Vice-Presidência da República	2.721
63000	Advocacia-Geral da União	445.306
71000	Encargos Financeiros da União - Demais	1.326.487
71102	Encargos Financeiros da União - MPDG	1.014.482
71104	Encargos Financeiros da União - Remun. Agentes Financeiros	959.820
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	15.972
74000	Operações Oficiais de Crédito - Demais	4.800
74902	Operações Oficiais de Crédito - FIES	899.987
Total Geral		79.757.935

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR

ÓRGÃOS	E/OU UNIDADES	R\$ mil
ORÇAMENTÁRIAS		ATÉ DEZ
20000	Presidência da República	166.572
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	170.651
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	908.697
25000	Ministério da Fazenda	1.054.298
26000	Ministério da Educação	1.048.493
28000	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	113.764
30000	Ministério da Justiça e Cidadania	927.164
32000	Ministério de Minas e Energia	163.483
35000	Ministério das Relações Exteriores	7.531
36000	Ministério da Saúde	65.830
39000	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	211.451
40000	Ministério do Trabalho	149.498
42000	Ministério da Cultura	13.968
44000	Ministério do Meio Ambiente	182.006
47000	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	27.107
52000	Ministério da Defesa	2.924.423
53000	Ministério da Integração Nacional	37.961
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	1.055.800
56000	Ministério das Cidades	230.652
63000	Advocacia-Geral da União	59
71000	Encargos Financeiros da União - Demais	10.000
Total Geral		9.469.408

Fontes: 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III

LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS AO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC - DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR

ÓRGÃOS	E/OU UNIDADES	R\$ mil
ORÇAMENTÁRIAS		ATÉ DEZ
20000	Presidência da República	27.300
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	567.712
26000	Ministério da Educação	825.000
32000	Ministério de Minas e Energia	100.942
36000	Ministério da Saúde	872.350
39000	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	12.928.700
42000	Ministério da Cultura	132.500
47000	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	48.700
51000	Ministério do Esporte	108.520
52000	Ministério da Defesa	5.369.101
53000	Ministério da Integração Nacional	2.698.239
54000	Ministério do Turismo	51.749
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	142.000
56000	Ministério das Cidades	5.796.219
Total Geral		29.669.032

Nota: Não inclui emendas PAC.

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Ministro de 20 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2017, Seção 1, página 150, referente ao processo nº 17944.000568/2010-53 e 17944.001344/2012-21, interessado o Estado do Mato Grosso do Sul e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde se lê: "ratifico a concessão da garantia da União nos Contratos de Financiamento nº 12.2.1129.1 e nº 12.2.1188.1.", leia-se: " ratifico a concessão da garantia da União nos Contratos de Financiamento nº 10.2.0411.1 e nº 12.2.1188.1..".

DESPACHO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000405/97-32
Interessado: Estado de São Paulo
Assunto: Décimo Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas STN/COAFI, celebrado entre a União e o Estado de São Paulo em 22 de maio de 1997, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Aditivo a ser firmado com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com a redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, e na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como o Parecer 4/2017/CONSUNIAO/CGU/AGU, aprovado pela Advogada-Geral da União, autorizo, nos termos dos artigos 1º, 3º e 5º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a contratação, mediante o cumprimento das exigências legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

DESPACHO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000754/97-81
Interessado: Estado do Pará.
Assunto: Sétimo Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 010/98/STN/COAFI, celebrado entre a União e o Estado do Pará em 30 de março de 1998, com a interveniência do Banco do Brasil S/A e do Banco do Estado do Pará, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com a redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e do Decreto nº 9.056, de 24 de maio de 2017.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como o Parecer 4/2017/CONSUNIAO/CGU/AGU, aprovado pela Senhora Advogada-Geral da União, autorizo, nos termos do art. 1º da Lei Complementar nº 156, de 2016, a contratação, mediante o cumprimento das exigências legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

DESPACHO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.001242/2016-39.
Interessado: Estado do Amapá.
Assunto: Contrato de Garantia, a ser firmado entre a União e o Estado do Amapá, com a interveniência da Caixa Econômica Federal - CAIXA, e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Estado do Amapá, com a interveniência do Banco do Brasil S.A. - BB, ambos relativos ao Contrato de Financiamento a ser celebrado entre o Estado do Amapá e a CAIXA, no valor de R\$ 228.000.000,00 (duzentos e vinte e oito milhões de reais), cujos recursos serão destinados ao financiamento de contrapartidas de contratos de repasse e termos de compromissos do Estado e Municípios e à execução de projetos e obras de infraestrutura urbana.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo as contratações, observadas as normas e formalidades legais e regulamentos pertinentes.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

DESPACHO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.101899/2017-86
Interessados: Estado do Maranhão e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Assunto: Aditivo ao Contrato de Garantia nº 846/PGFN/CAF, de 10 de maio de 2013, celebrado entre a União e o Estado do Maranhão, com a interveniência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com fundamento no art. 2º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.